

# Mulher vítima de violência sexual e a assistência de enfermagem no Brasil: revisão integrativa de literatura

Naila Costa Sousa Santos<sup>1</sup> 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus de Jequié

Hêmily de Souza Santos<sup>2</sup> 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus de Jequié

Girlane Alves de Souza<sup>3</sup> 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus de Jequié

Antonio Carlos Santos Silva<sup>4</sup> 

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus de Jequié

**Artigos livres | Free articles | Artículos libres**

**DOI do artigo: 10.22481/odeere.v6i2.8597**

## RESUMO

O profissional de enfermagem figura entre os primeiros que presta cuidados primários as mulheres vítimas de agressões sexuais, necessitando, dessa forma, de competência e sensibilidade para cuidar no âmbito clínico, garantindo a preservação de vestígios da violência e salvaguardar os direitos das vítimas. O objetivo do presente estudo foi evidenciar estudos na literatura científica nacional que enfoquem a assistência de enfermagem em situações de violência sexual contra mulher. Estudo de revisão integrativa de literatura com abordagem quanti-qualitativa, realizada no período de fevereiro a março de 2021. A coleta de dados foi realizada por meio de busca de estudos bibliográficos disponíveis nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e BVS. Foram levantados 24 artigos e após aplicação de critérios de elegibilidade, 11 artigos foram utilizados para análise. O cuidar em enfermagem à mulher vítima de violência sexual leva à compreensão de que a assistência destes profissionais está centrada, em sua maior parte, no cuidado técnico. Mesmo sendo um dos principais profissionais que cuidam deste tipo de violência, urge a necessidade de um cuidar mais humanizado. Torna-se imprescindível maior atenção a formação permanente e continuada destes profissionais para uma assistência mais efetiva às mulheres vítimas de violência sexual no Brasil.

**Palavras chave:** Enfermagem; Violência sexual; Mulheres; Atenção. Cuidados da enfermagem.

## **Woman victim of sexual violence and nursing care in brazil: Integrative literature review**

### ABSTRACT

The nursing professional is among the first to provide primary care to women who are victims of sexual assault, thus needing competence and sensitivity to provide clinical care, guaranteeing the preservation of traces of violence and safeguarding the victims' rights. The aim of this study was to highlight studies in the national scientific literature that focus on nursing care in situations of sexual violence against women. Study of integrative literature review with a quanti-qualitative approach, carried out from February to March 2021. Data collection was performed by searching bibliographic studies available in the SciELO, Google Academic and VHL databases. 24 articles were collected and after applying eligibility criteria, 11 articles were used for analysis. Nursing care for women victims of sexual violence leads to the understanding that the assistance provided by these professionals is focused, for the most part, on technical care. Even being one of the main professionals who take care of this type of violence, there is an urgent need for more humanized care. It is essential to pay more attention to the permanent and continued training of these professionals for a more effective assistance to women victims of sexual violence in Brazil.

**Keywords:** Nursing; Sexual violence; Women; Care; Nursing care.

**Submetido em: 30/04/2021 | Aceito em: 14/12/2021**

<sup>1</sup> Discente do curso de bacharelado em Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, campus de Jequié – BA. E-mail: [nailacosta06@gmail.com](mailto:nailacosta06@gmail.com)

<sup>2</sup> Discente do curso de Bacharelado em Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Campus Jequié/BA. E-mail: [hss.hemily@outlook.com](mailto:hss.hemily@outlook.com)

<sup>3</sup> Discente do curso de Bacharelado em Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Campus Jequié/BA. E-mail: [girlanealvesdesouza1@gmail.com.br](mailto:girlanealvesdesouza1@gmail.com.br)

<sup>4</sup> Doutor em Ciências da Saúde. Mestre em Ciências da Saúde. Docente do curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Campus de Jequié – BA. E-mail: [acsilva.cau@gmail.com](mailto:acsilva.cau@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres, designada violência de gênero, é considerada um problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde a última década do século XX. A maioria desses atos violentos ocorre no ambiente doméstico e a vítima geralmente conhece o agressor. Violências baseadas em gênero compreendem agressões de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial e podem culminar na morte da mulher por suicídio ou por homicídio (FERNANDES *et al.*, 2020).

A violência sexual engloba qualquer tentativa ou realização de ato sexual por violência, comentários ou avanços sexuais indesejados, ações para comercializar ou usar a sexualidade de uma pessoa, independentemente da relação deste com a vítima, em qualquer campo (FREIRE, 2018).

A desigualdade de gênero, amparadas por uma cultura de patriarcado e machismo, enaltecem comportamentos de um homem viril, desde o nascimento. O termo "homem não chora!" designa uma educação sexista para os homens que orienta a forma de pensar, de relacionar-se, de expressar emoções e condutas, enquanto para as mulheres é reservado o papel da fragilidade e, por isso, necessitam sempre de serem protegidas (MACHADO *et al.*, 2020).

Visando ampliar e humanizar o atendimento às vítimas de agressão sexual, foram estabelecidos instrumentos legais para nortear as ações nos serviços de saúde, tais como o decreto 7.958/2013 e a portaria 288/2015 (BRASIL, 2013; 2015). O decreto 7.958, em março de 2013, estabeleceu diretrizes para o atendimento humanizado às vítimas de abuso sexual pelos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e determinou os procedimentos necessários durante o atendimento à vítima, entre os quais está a descrição minuciosa das evidências, assegurando a cadeia de custódia e o encaminhamento à perícia oficial, com a cópia do Termo de Consentimento Informado (BATISTA *et al.*, 2018).

Havendo conhecimento acerca dos vestígios indicativos de violência sexual, o profissional enfermeiro deve dispor de técnicas para a preservação dos mesmos. Mas, a escassez de conhecimento científico referente à violência e enfermagem forense levam aos profissionais de saúde encontrarem dificuldades na utilização de técnicas específicas para a preservação dos indícios, contribuindo para o comprometimento e a perda de amostras, não otimização do tempo, desgaste

físico e emocional da vítima e profissional, não conclusão do caso e perpetuação do agravo (CAVALCANTI, 2017).

É imperativo que os profissionais do serviço hospitalar estejam dotados de conhecimentos forenses para nortear a identificação e preservação de vestígios (CONCEIÇÃO, 2021). Entre os aspectos que contribuem para isso é a existência de protocolos de orientação nas instituições de saúde, ajustados à realidade de cada país e que contenham dados consensuais entre as diversas áreas forenses (médica e pericial). Compreende-se também que nessa ação do cuidar realizado pela enfermagem em conformidade com a NT/MS, direciona-se para um saber técnico, em que suas ações estão voltadas para o tratamento das lesões, prevenções das Infecções Sexualmente Transmitidas (IST's) e da hepatite B, bem como para a prevenção de uma gravidez indesejada.

O enfermeiro necessita desenvolver o “olhar” para detecção da violência e reconhecê-la como um problema grave de saúde pública, realizar um atendimento acolhedor, incluir a equipe multiprofissional e encaminhar adequadamente a vítima. Dessa forma estará minimizando a revitimização e evitando que a mesma sofra mais um tipo de violência institucional, que por sua vez pode agravar todo o sofrimento do qual a mulher vítima foi exposta (LIMA *et al.*, 2016).

O objetivo do presente estudo foi evidenciar na literatura científica nacional estudos que enfoquem a assistência de enfermagem em situações de violência sexual contra a mulher.

## **MÉTODO**

O estudo em questão caracteriza-se por uma revisão integrativa de literatura, com abordagem quanti-qualitativa. A revisão integrativa consiste num método de levantamento de estudos científicos relevantes que permite a análise de práticas clínicas e tomada de decisão no tocante a uma área de conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A coleta de dados bibliográfica foi realizada com artigos científicos originais disponíveis nas bases de dados *SCientific Electronic Library Online* (SCIELO), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), a partir da combinação dos descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “cuidados de enfermagem” AND

“mulheres” AND “abuso sexual”. Logo após a coleta, foram aplicados critérios de inclusão: texto completo, estudo realizado no Brasil, idiomas em português, inglês ou espanhol e com limite temporal de artigos publicados entre 2016 a 2020.

A partir da pesquisa emergiu 24 artigos: 10 da SciELO; 08 da BVS; e 06 do Google Acadêmico. Após o rastreamento dos artigos, realizou-se a leitura dos títulos e resumos a fim de enquadrá-los no objetivo do estudo, identificando-os conforme o enfoque utilizado. Após leitura minuciosa e utilização de critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados para análise 11 artigos, sendo 05 da SciELO; 04 da BVS; e 02 do Google Acadêmico. A tabela 1 apresenta a distribuição dos artigos analisados.

**Tabela 1** – Distribuição dos artigos encontrados e selecionados nas bases de dados. Brasil, 2021.

<b><u>Base de dados</u></b>	<b>Publicações Encontradas</b>	<b>Publicações Excluídas</b>	<b>Publicações Selecionadas</b>
SciELO	10	05	05
BVS	08	04	04
Google Acadêmico	06	04	02
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>13</b>	<b>11</b>

FONTE: (SANTOS *et al.*, 2021)

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No presente estudo foram levantados 11 artigos nas bases de dados, 09 em português, 01 em inglês e 01 em espanhol. Após uma leitura foram definidos temas para ser abordado como Violência de gênero, violência sexual, leis, o papel da enfermagem e o código de ética da enfermagem. Para aprofundamento e discussão do tema foram selecionados 11 artigos os quais correspondiam ao assunto escolhido por similaridade no conteúdo para uma consequente interpretação e discussão. O quadro 1 apresenta a distribuição bibliográfica dos artigos analisados segundo as definições de título e autores, periódico, local e ano de publicação, objetivo, metodologia e conclusão.

O fenômeno da violência contra a mulher não escolhe cultura, grupo étnico e religioso, classe e escolaridade, mas as experiências das mulheres mudam conforme a desigualdade no acesso à justiça e aos serviços de saúde (CAVALCANTE, 2017). A violência de gênero é um tipo de violência física ou psicológica exercida contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas sobre a base

de seu sexo ou gênero que impacta de maneira negativa em sua identidade e bem-estar social, físico ou psicológico. A violência contra a mulher pode ser explicada como uma questão cultural que se situa no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força de dominação contra as mulheres, sendo estas dotadas de uma certa vulnerabilidade.

**Quadro 1** - Distribuição dos artigos selecionados na base de dados Scielo, BVS e Google Acadêmico, compreendendo o período de 2016 a 2020. Assistência de enfermagem a mulher vítima de violência sexual a mulher no Brasil. 2021

Título/Autores	Periódico	Local/ ano	Objetivo	Metodologia	Conclusões
Violência sexual contra a mulher e o papel do enfermeiro, revisão de literatura SOUZA Marcelly M. dos Santos OLIVEIRA, Marconny V. Paes JESUS, Larissa Keylla Almeida	Ciências Biológicas e de Saúde Unit	Aracaju 2016	Analisar, compreender e refletir acerca das repercussões no que se refere à mulher vítima de violência sexual nas literaturas avaliadas, nas dimensões: gênero, assistência à saúde, notificações e seus agressores.	Revisão integrativa da literatura	A violência sexual contra a mulher vem crescendo nos últimos tempos, e os sistemas de informação ainda precisam ampliar suas potencialidades para dar alcance às questões de gênero, raça e cor, como também, os profissionais que prestam assistência/atendimento a essas mulheres devem ser melhores capacitados, facilitando assim o reconhecimento dos casos dessa violência.
Factors associated with sexual violence against women: analysis of police reports AMARIJO, Cristiane Lopes ACOSTA Daniele Ferreira SILVA, Camila Daiane GOMES, Vera L. de Oliveira	Cogitare Enfermagem	Rio Grande do Sul 2017	Conhecer o perfil das vítimas, dos agressores e caracterizar a violência sexual registrada em uma Delegacia da Mulher, entre agosto de 2009 e dezembro de 2011	Estudo transversal quantitativo	A força física foi a intimidação mais utilizada para o estupro, tendo como principal palco a via pública. A maioria das vítimas realizou perícia. Muitos aspectos culturais, crença se valores interferem ou inibem a denúncia de tais crimes. É responsabilidade da enfermagem atuar na recuperação, promoção e ações de prevenção.
O enfermeiro e a preservação de vestígios nos casos de violência sexual SOUZA, Anne Caroline Dantas MARTINS, Iara Santos	Universidade Tiradentes	Aracaju 2017	Investigar a preservação de vestígios pelo enfermeiro durante o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual em um serviço de urgência e emergência do estado de Sergipe.	Estudo trasnversal quantitativo	Embora os enfermeiros atuantes no serviço de emergência considerem importante a preservação e coleta de vestígios frente ao atendimento à mulher vítima de violência sexual, não se sentem preparados técnico e cientificamente para desempenhá-los.
Psychological suffering in the daily lives of women who have experienced sexual violence: a phenomenological study	Escola de Enfermagem Anna Nery	Rio de Janeiro 2017	Compreender o cotidiano de mulheres que sofreram violência sexual	Estudo transversal qualitativo	Ações individuais e grupais de apoio psicossocial e social às mulheres em situação de violência sexual são essenciais para auxiliar as vítimas o

TRIGUEIRO, Tatiane Herreira SILVA, Marcelo Henrique MERIGHI, Miriam A. Barbosa OLIVEIRA, Deíse Moura JESUS, Maria Cristina Pinto					enfrentamento das consequências dessa vivência
Atuação dos enfermeiros da atenção básica a mulheres em situação de violência  SILVA, Neuzileny Nery Ferreira LEAL, Sandra Maria Cezar TRENTIN, Daiane VARGAS, Mara A. de Oliveira VARGAS, Caroline Porcelis VIEIRA, Letícia Becker	Enfermagem em Foco	Salvador 2017	Identificar como os enfermeiros da atenção básica atuam diante dos casos de mulheres em situação de violência, em um município no Pará.	Estudo Transversal qualitativo	A pesquisa pode contribuir para a visibilização da violência contra a mulher, no contexto da Atenção Básica, da região em estudo.
Violência contra a mulher: como os profissionais na atenção primária à saúde estão enfrentando esta realidade?  SANTOS, Silvana C. dos BARROS, Patricia A. DELGADO, Rafaella F. Araújo SILVA, Luiza Vanessa de Lima CARVALHO, Valdirene P. Silva ALEXANDRE, Ana Carla Silva	Saúde e Pesquisa	Maringá 2018	Identificar as formas de assistência prestada pelos profissionais da atenção primária à mulher vítima de violência no município de Buíque (PE)	Estudo transversal qualitativo	Percebeu-se certo distanciamento e um evidente sofrimento em atender uma demanda de complexidade ímpar. Faz-se necessário que os serviços de saúde deem maior ênfase ao combate e à prevenção da violência, possibilitando assim a melhoria da assistência prestada ao cliente e aumentando o incentivo à cultura de paz
Perfil das notificações sobre violência sexual  BATISTA, Vanessa Carla BACK, Ivi Ribeiro MONTESCHIO, Lorenna Viccentine Coutinho ARRUDA, Debora Cristina	Revista de Enfermagem	Recife 2018	Traçar o perfil dos casos de violência sexual	Estudo transversal quantitativo	A violência sexual foi mais frequente em pessoas do sexo feminino e atingiu todas as idades. Imperativo a necessidade de preenchimento das fichas de notificação.
Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em	Psicologia & Sociedade	São Paulo (SP) 2020	Discutir os desafios da assistência à violência contra a mulher (VCM) no início da	Estudo Transversal quantitativo	A pandemia apontou contexto de maior vulnerabilidade social a VCM, como falta de renda, fome, desemprego, somam-se

tempos de sars-cov-2/covid-19 em São Paulo  CAMPOS, Brisa TCHALEKIAN, Bruna PAIVA, Vera			pandemia de SARS-CoV-2/Covid-19		à precariedade dos programas que a mitigariam - incluindo o e escolas que garantem alimentação, cuidados e educação. À acumulação das tarefas de cuidado, a casa, o e os doentes foram adicionados a insegurança e a doença por Covid-19.
A importância da violência doméstica em tempos de COVID-19  WAKSMAN, Renata	Residência Pediátrica	Rio Grande do Sul 2020	Traçar o perfil dos casos de violência sexual	Estudo Transversal quantitativo	O apoio as mulheres vulneráveis em situações de violência congrega apoio clínico, sócio assistencial e jurídico.
Violência sexual por parceiro íntimo identificada em unidade básica do PSF  SILVA, Ana Cristina Fernandes LOSACCO, Andrea Mathias MONTEIRO, Iuri Abrahão ABRAHÃO, Anelise Riedel	Revista Nursing	2020	Identificar histórico de violência sexual e de sua associação com dados sociodemográfico, de saúde reprodutiva e sexual, entre as usuárias de três unidades do PSF.	Estudo transversal qualitativo	A frequência de violência sexual era alta, com um parceiro íntimo e ex-parceiro, perpetradores primários, com ênfase na investigação da violência como estratégia familiar.
Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada?  MACHADO, Dinair Ferreira ALMEIDA, M. A. Santini DIAS, Adriano BERNARDES, João Marcos CASTANHEIRA, Elen R. Lodeiro	Ciência & Saúde Coletiva	Botucatu (SP) 2020	Analisar as diferenças entre os casos de violência contra a mulher, formalizados em boletins de ocorrência (BO) na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) em um município de médio porte do interior paulista	Estudo transversal quantitativo	Necessidade de realização de estudos em delegacias de polícia de grandes municípios para verificar a existência das diferenças apresentadas neste estudo, e apoiar as mudanças nas esquadras da defesa das mulheres para melhorar como porta de entrada em direção à atenção em que avança a consolidação dos direitos das mulheres

FONTE: (SANTOS *et al.*, 2021)



A construção do ser mulher, é entendida como fenômeno extremamente cultural e social, quando se fala em mulher associa-se a concepções machistas e sexistas, em que o lugar da mulher é definido pelo lugar da submissão, da subalternidade e da fraqueza frente ao poderio instituído e inquestionável do homem. Tais ações, tendo como consequência relações de gênero constituídas por discriminações e violências, que são naturalizadas na sociedade muitas vezes legitimadas pelo Estado, ainda que este implemente Leis e Políticas de enfrentamento a violência.

Nessa perspectiva, a Violência sexual é a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros.

A violência sexual é um fenômeno universal, no qual não há restrição de sexo, idade, etnia ou classe social. A violência sexual, em particular o estupro, atinge principalmente meninas, adolescentes e mulheres jovens em todo o mundo. Os estudos sobre o tema indicam que, na maioria das situações, ela é praticada por parentes, pessoas próximas ou conhecidas, o que torna esse crime mais difícil de ser denunciado. A violência contra a mulher, implica pensar que não resulta de interações individuais isoladas com os homens, nem que todos os homens são violentos, mas que é estruturada por um “sistema de dominação masculina que produz e reproduz, orienta práticas, comportamentos, instituições e normas”, além de condicionar a “experiência feminina” (BATISTA, 2018).

A violência sexual tem sequelas devastadoras nas esferas física e mental, em curto e longo prazo. A violência acarreta uma série de efeitos na vida das mulheres, expressos por meio de uma complexidade de sentimentos e danos, como trauma emocional, medo, problemas físicos, a insônia, dificuldade em retomar a vida social, abuso de substâncias psicoativas, distúrbios reprodutivos e gravidez de alto risco causando danos psicológicos, podendo levar a depressão entre outras consequências que por vezes são irreparáveis (MACHADO *et al.*, 2020).

Nos últimos anos, percebe-se um aumento expressivo de mulheres em situação de violência sexual urbana que apela precocemente aos serviços de saúde, principalmente às Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além do que, nota-se

que os profissionais estão mais próximos das mulheres e possuem melhores condições de acolhimento incluindo diretamente atenção no campo da saúde mental (SILVA *et al.*, 2017).

Em 7 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi, então, batizada de Lei Maria da Penha em homenagem a uma vítima da violência doméstica. A sobredita Lei criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme prevê art. 226, § 8º, da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, dispendo inclusive sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; além de estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (JUSBRASIL, 2021).

As Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) foram criadas para dar maior sustentação às reclamações da população feminina contra as agressões sofridas, na maioria das vezes, no âmbito doméstico, ofertando assim um serviço especializado e com uma equipe técnica multiprofissional para melhor atendê-la (MACHADO, *et al.*, 2020).

No § 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (JUSBRASIL, 2021).

Segundo o Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. No Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (Lei nº 11.340)

A primeira observação a ser feita é que a Lei Maria da Penha deve ser vista como um importante instrumento para que a mulher em situação de violência doméstica ou familiar possa ter os seus direitos respeitados e consiga obter junto aos agentes do Estado a orientação e a proteção necessárias para impedir ou fazer cessar agressões contra a sua pessoa (OLIVEIRA, 2019).

O acolhimento da pessoa em situação de violência deve permear todos os locais e momentos do processo de produção do cuidado, diferenciando-se da tradicional triagem. O acolhimento representa a primeira etapa do atendimento e nele são fundamentais: ética, privacidade, confidencialidade e sigilo. A pessoa deverá ser acolhida em ambiente reservado assim que sinaliza o fato que a levou a procurar atendimento (SOUZA, 2016).

O enfermeiro deve escutar calmamente a história da mulher e suas expectativas em relação à assistência e buscar entender seu problema, a origem de seu sofrimento e as dificuldades que ela tem para sair da dinâmica abusiva. As mulheres vítimas de violência procuram os serviços de saúde não apenas para terem seus ferimentos tratados, ela espera que o profissional que a acolheu perceba a real causa de seus ferimentos, anseiam que a violência ali implícita, aos olhos do profissional de saúde, torne-se explícita. Deve-se ressaltar que quando a assistência está voltada apenas para o trauma, principalmente em pronto socorro, o “olhar” para a violência pode estar encoberto (CAMPOS, 2020).

O enfermeiro necessita desenvolver o “olhar” para detecção da violência e reconhecê-la como um problema grave de saúde pública, realizar um atendimento acolhedor, incluir a equipe multiprofissional e encaminhar adequadamente a vítima (AMARIJO, 2017).

O Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) foi implantado em 2006 com o objetivo de coletar dados e gerar informações sobre violências e acidentes para subsidiar políticas em saúde pública direcionadas a estes agravos, buscando preveni-los (LIMA *et al.*, 2016). O Viva possui dois componentes que são: o Viva/ Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN, 2021), formado pela vigilância contínua de violência doméstica, sexual, e/ou outras violências interpessoais e autoprovocadas, e o Viva Inquérito, sob a modalidade de inquérito sobre violências e acidentes em serviços sentinelas de urgência e emergência de municípios selecionados (BATISTA *et al.*, 2018).

É primordial que a equipe de enfermagem saiba identificar os indicadores de violência sexual quando a mulher buscar ajuda, dentre os indicadores, deve se observar o comportamento da vítima, possíveis patologias e o comportamento do agressor, que muitas das vezes, sendo ele o companheiro, insiste em estar presente, impedindo com que a vítima realize a denúncia. Grande parte desses eventos ocorrem em casa e não serão relatadas impedindo que ocorra intervenções

policiais e menor acesso ao sistema de justiça, o que dificulta e contribui para a impunidade (LIMA et al., 2016).

Infecções urinárias, dor ou inchaço nas áreas genitais ou anais, lesões e sangramento, secreções vaginais são alguns aspectos que podem ser observados e levados em consideração no momento do exame físico. O comportamento da vítima diz muito a respeito da situação enfrentada, naturalmente a vítima evita consultas ginecológicas, não faz contato visual durante consulta de enfermagem e evita sair e conversar com os vizinhos e familiares, e existindo a presença do agressor, pode se observar o seu comportamento também, pois este vai apresentar culpa a mulher pela agressão, transmitir informações falsas, impor restrições e manter vigilância contínua (SOUZA, 2017).

É de suma importância que os profissionais de enfermagem envolvidos no processo de relato da violência vivida, estejam capacitados para preservar os vestígios, como prova contra o agressor para que aconteça a devida justiça. A enfermagem compreende um componente próprio de conhecimentos científicos e técnicos, construído e reproduzido por um conjunto de práticas sociais, éticas e políticas que se processa pelo ensino, pesquisa e assistência. Realiza-se na prestação de serviços à pessoa, família e coletividade, no seu contexto e circunstâncias de vida.

O código de ética dos profissionais de enfermagem traz em seu capítulo que trata das suas responsabilidades e deveres, no Art. 2 Art. 24 que o profissional deve exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade. O código salienta a ideia de que o enfermeiro deve estar atento a todos os sinais de apresentados, revelando ainda o importante papel desempenhado por esse profissional no processo de combate à violência (COFEN, 2017).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência sexual tem causando um grande problema de saúde pública voltado para a população feminina, tendo a maior parte dos agressores uma proximidade com a vítima, fazendo assim com que a vítima não denuncie o abuso sofrido. Conclui-se que o cuidar em enfermagem à mulher vítima de violência sexual leva à compreensão de que as ações dos profissionais de enfermagem

estão centradas em sua maior parte no cuidado técnico, embora haja a necessidade de incorporar na prática cotidiana, o cuidar na dimensão acolhedora e humana, permitindo uma relação de partilha de valores e emoções.

O estabelecimento de normas técnicas e de rotinas de procedimento para orientação dos profissionais torna-se uma necessidade para apoiá-los no diagnóstico, registro e notificação dos casos de violência, como medidas iniciais para um atendimento de proteção às vítimas e de apoio a suas famílias. É de suma importância uma melhor capacitação dos profissionais de saúde que lidam diretamente com essas vítimas, fazendo com que essas pacientes se sintam seguras e confiáveis no profissional ali para relatar o ato sofrido, criando assim um melhor diálogo entre profissional e paciente, e, conseqüentemente, um preenchimento mais fidedigno das fichas de notificações do VIVA, e na preservação dos vestígios.

E ainda de acordo com o código de ética, a grande maioria dos códigos não traz explicitamente a notificação da violência como dever do profissional, no entanto citam a responsabilidade em promover a saúde e qualidade de vida, respeitando os direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

AMARIJO, Cristiane Lopes; ACOSTA Daniele Ferreira; SILVA, Camila Daiane; GOMES, Vera L. de Oliveira. **Factors associated with sexual violence against women: analysis of police reports.** *Cogitare Enferm.* Out/Dez; 19(4):701-7, 2017.

BATISTA, Vanessa Carla; BACK, Ivi Ribeiro; MONTESCHIO, Lorena Vicentine Coutinho; ARRUDA, Debora Cristina. **Perfil das notificações sobre violência sexual.** *Rev. Enf UFPE online.* Recife, 12(5):1372-80, maio, 2018.

CAMPOS, Brisa; TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA Vera. **Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de sars-cov-2/ covid-19 em São Paulo.** *Psicologia & Sociedade.* Dossiê. São Paulo, n. 32, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240336>

COFEN. **Resolução COFEN nº 564/2017** - Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html)

CONCEIÇÃO, Ideojane Melo. **A violência doméstica contra as mulheres, desigualdade de gênero, educação e juventude como categorias de articulação.** In: *IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar.* 2015. Londrina-PR. [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22179\\_11462.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22179_11462.pdf)

FREIRE, S. M. L. **Aspectos da enfermagem forense na assistência as mulheres vítimas de violência sexual.** 2018. (Monografia de graduação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38382/1/2018\\_tcc\\_smlfreire.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38382/1/2018_tcc_smlfreire.pdf). Acesso

JUSBRASIL. **Lei Maria da Penha - Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**  
LIMA, Cheila Marina *et al.* **Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada.** Secretaria de Vigilância em Saúde/MS, 2016.

MACHADO, Dinair Ferreira; ALMEIDA, Margareth A. santini; DIAS, Adriano; BERNARDES, João Marcos; CASTANHEIRA, Elen R. Lodeiro. **Violência contra a mulher: o que acontece quando a delegacia de defesa da mulher está fechada?** *Ciência & Saúde Coletiva*, Botucatu - SP, v. 25, n. 2, p. 483-494, fev. 2020.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. D. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** *Texto & contexto-enfermagem*, 17(4), 758-764, 2008.

SANTOS, Silvana Cavalcanti dos; BARROS, Patrícia de Albuquerque; DELGADO, Rafaella França de Araújo; SILVA, Luiza Vanessa de Lima; CARVALHO, Valdirene P. da Silva; ALEXANDRE, Ana Carla Silva. **Violência contra a mulher: como os profissionais na atenção primária à saúde estão enfrentando esta realidade?** *Saúde e Pesquisa*, Maringá (PR). v. 11, n. 2, maio/ago, 2018.

SIINAN. **Violência Interpessoal/Autoprovocada.**  
<http://www.portalsinan.saude.gov.br/violencia-interpessoal-autoprovocada>>

SILVA, Neuzileny Nery Ferreira *et al.* **Atuação dos enfermeiros da atenção básica a mulheres em situação de violência.** *Enferm. Foco*. 8 (3): 70-74 71, 2017.

SILVA, Ana Cristina Fernandes; LOSACCO, Andrea Mathias; MONTEIRO, Iuri Abrahão; ABRAHÃO, Anelise Riedel. **Violência sexual por parceiro íntimo identificada em unidade básica do PSF.** *Revista Nursing. São Paulo*; 23(262): p. 3705-3709, abr., 2020.

SOUZA Marcellly M. dos Santos; OLIVEIRA, Marconny V. Paes JESUS, Larissa Keylla Almeida. **Violência sexual contra a mulher e o papel do enfermeiro, revisão de literatura.** *Ciências Biológicas e de Saúde Unit. Aracaju*, v. 3, n.3, p. 257-274, 2016.

SOUZA, Anne Caroline Dantas; MARTINS Iara Santos. **O enfermeiro e a preservação de vestígios nos casos de violência sexual.** *Rev. Unit. Universidade Tiradentes*. Maio, 2017.